

**Análise Comparativa dos Gastos Públicos da Fundação Universidade Federal
do Rio Grande**

**Alexandre Costa Quintana
Aline Selau Dall Igna**

RESUMO

Nos dias atuais, existem várias discussões sobre grandes reformas estruturais, que visam dinamizar a economia e melhorar a qualidade dos gastos públicos, por isso este trabalho tem como objetivo geral, realizar uma análise comparativa dos gastos públicos da FURG, no período de 2001 a 2005, identificando os motivos das variações ocorridas. Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva, com abordagem quantitativa. O demonstrativo utilizado para a obtenção dos dados foi o Balanço Financeiro da Universidade, relativo ao período de 2001 a 2005, estes dados foram descritos em medidas numéricas, através de tabela que mostram a evolução dos gastos públicos. Conclui-se que as principais variações ocorreram em função de limitações orçamentárias, que impediram investimentos maiores, e das diferenças entre metas e execução de determinados item, destacando-se o crescimento na ampliação de acervo bibliográfico, na Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física, além dos programas de assistência ao educando da graduação. Por fim, percebe-se que o crescimento na despesa acontece em função da ampliação na estrutura da Universidade e que seu aumento é decorrente do crescimento do número de alunos atendidos na graduação que representou no período de 2001 a 2005, uma elevação de 10%.

1 INTRODUÇÃO

Hoje em dia, várias são discussões sobre grandes reformas estruturais, que visam dinamizar a economia e melhorar a qualidade dos gastos públicos. Mas ainda há uma questão indefinida, a maneira com que algumas Universidades Federais buscam e empregam seus recursos. Este trabalho faz uma análise dos gastos públicos da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, tentando buscar os motivos de tais gastos públicos.

Com base nesta situação, este trabalho tem como objetivo geral, realizar uma análise comparativa dos gastos públicos da FURG, no período de 2001 a 2005, identificando os motivos das variações ocorridas.

A Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG, segundo o seu Estatuto, aprovado em 21/12/1998, com sede e foro no Município do Rio Grande – RS, é uma entidade educacional de natureza fundacional pública, integrante da Administração Federal Indireta, destinada à promoção do ensino superior e médio de educação profissional, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

De acordo com o Relatório de Gestão de 2005 da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, esta tem por missão promover a educação plena, enfatizando uma formação geral que contemple a técnica e as humanidades, que seja capaz de despertar a criatividade e o espírito crítico, fomentando as ciências, as artes e as letras e propiciando os conhecimentos

necessários para o desenvolvimento humano e para a vida em sociedade. A Instituição tem como campo principal de atuação o Ecossistema Costeiro e busca produzir, organizar e disseminar o conhecimento sobre este ambiente, através do ensino, da pesquisa e da extensão. A FURG deve servir com elevada qualidade, orientada por princípios éticos e democráticos, de modo que o resultado de sua ação educativa tenha impacto na comunidade e contribua para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e para o desenvolvimento regional sustentável.

O Relatório Gestão, também, descreve que o público alvo dos processos gerenciais da Universidade são estudantes do ensino fundamental através do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) mantido em Convênio com a Prefeitura Municipal do Rio Grande; estudantes do ensino médio e profissionalizante do Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati; estudantes do ensino de graduação distribuídos pelos 37 cursos da Universidade; estudantes do ensino de pós-graduação *latu sensu* (14 cursos) e *stricto sensu* (10 cursos); as prefeituras da região, em especial do cordão litorâneo sul-riograndense; outras instituições públicas e privadas do País e exterior com as quais desenvolve projetos e estudos firmados em convênio e a sociedade em geral, que se beneficia das iniciativas tecnológicas, educacionais, científicas e extensionistas da FURG.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A palavra Administração, segundo Gasparini (1993, p.30) “(...) encerra a idéia geral de relação hierárquica e de um comportamento eminentemente dinâmico”, definindo um padrão de tratamento profissional, por isso, a “administração é o processo de trabalhar com e através de outras pessoas para alcançar eficientemente objetivos organizacionais pelo uso eficiente de recursos limitados em um ambiente mutável” (KREITNER apud CHIAVENATO, 1998, p.5). Quando se analisa as instituições públicas, pode-se ter um conceito de administração diferenciado, pois segundo Meirelles (1990, p. 65) administração pública “em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral”, visando satisfazer a necessidade coletiva. E reafirma: “é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da Moral, visando ao bem comum.” Assim, a administração pública busca atender necessidades da coletividade de uma forma geral.

Para Mello (1979) administrar, tem um sentido mais amplo, pois, para ele, gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço, mas também dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil.

É o governo quem toma decisões, mas isso não quer dizer que o administrador público não possa fazê-las, pois de acordo com Meirelles (1990, p. 66) “a administração é o instrumental de que dispõe o Estado para por em prática as opções de políticas do governo.” Isto indica que o administrador público tem o poder de opinar e decidir sobre assuntos jurídicos, técnicos, financeiros ou de conveniência e oportunidade administrativas, sem ter a possibilidade de tomar decisões de ordem política, pois isto é função do governante.

De uma forma resumida pode-se dizer que administração pública é a atividade do Estado que tenta satisfazer as necessidades coletivas. Por isso, conforme Ribeiro (1997, p.12) ela detém “todo o conjunto da estrutura patrimonial, de bens, equipamentos, tecnologias e serviços públicos, distribuídos sistematicamente em funções, programas, projetos e atividades.” Esses conceitos são importantes para a pesquisa desenvolvida, que abrange os bens públicos, neste caso a Universidade Pública.

2.2 UNIVERSIDADE PÚBLICA

O público é o que pertence a todo o povo, então, universidade pública é a que pertence à cidadania e está a serviço do bem comum.

Segundo Andrade (1979) a Universidade Pública tem como papel a produção de conhecimento e a formação de indivíduos prontos não só para ingressar no mercado de trabalho, mas também na sociedade.

A Universidade Pública deve ser gratuita e acessível, é uma instituição que responde a valores constitucionais e não a políticas contingentes, presta um dos melhores serviços que o país pode esperar o ensino.

Para Siqueira (2005), “a universidade possui como uma de suas especificidades a construção e a produção do conhecimento. Dessa forma, sua pesquisa deve objetivar responder às necessidades sociais prioritárias”, com a intenção de buscar soluções aos problemas de desenvolvimento de cada região. Esta atuação torna-se fundamental na Universidade Pública.

2.3 CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade pública é uma das mais nobres áreas na gestão dos recursos públicos. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000), a área conquistou uma maior importância e visibilidade em toda a sociedade, é regulada pela Lei 4.320 de 1964, é a Lei das finanças públicas, ela constitui a carta magna da legislação financeira do País. O artigo 85, da mencionada lei define a sua abrangência do seguinte modo: “os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial,(...) levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”.

Em termos conceituais, Andrade (2002, p.98), define a Contabilidade Pública como “a ciência que registra, controla e estuda os atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio público de uma entidade, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, auferidos por sua administração e pelos usuários.” Seu campo de aplicação restringe-se aos órgãos governamentais – União, Estados, Municípios e Autarquias.

A Lei nº 4.320, no seu artigo 101, estabelece que “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais”. Neste trabalho, os dados de pesquisa foram obtidos através do Balanço Financeiro, que conforme determina esta mesma lei, em seu artigo 103 “demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte”.

2.4 GASTOS PÚBLICOS

A definição de despesa pública pode ser vista, conforme Pires (2002, p. 139), como “o conjunto de dispêndio do Estado ou de outra pessoa de direito público para o funcionamento dos serviços públicos”. As despesas constituem parte do orçamento e apresentam classificações, as quais autorizam gastos com várias atribuições e funções governamentais.

Os gastos públicos são chamados de Despesas Orçamentárias, de acordo com Angélico (1995, p.62), a Despesa Orçamentária “é aquela cuja realização depende de autorização legislativa e que não pode efetivar-se sem crédito orçamentário correspondente”. A Lei nº. 4.320/64

classifica estas despesas em: institucionais; funcionais; por programas; e segundo sua natureza. Cada uma destas classificações subdivide-se em outros níveis.

Neste trabalho, a despesa orçamentária será utilizada, através da classificação segundo a sua natureza, por categorias econômicas, assim sendo subdividida em despesas correntes e despesas de capital.

Despesas Correntes: São as despesas comuns, ou seja, todas realizadas pela administração pública para a operação e manutenção de seus órgãos. (ALOE, 1979) São os gastos de natureza operacional, que se preocupam com o funcionamento dos órgãos. Para Giacomoni (2005, p.108), as despesas correntes tem como características serem “gastos com a manutenção das atividades, como as despesas com pessoal, encargos sociais, custeio, etc., e destinam-se à produção de bens e serviços correntes, permitindo determinar a participação do setor público no consumo.”

Despesas de Capital: de acordo com Kohama (1991, p.103) “são gastos realizados pela administração pública, cujo propósito é o de criar novos bens de capital ou mesmo de adquirir bens de capital já em uso”. Envolvem, assim, investimentos ou aquisições de estruturas físicas e de bens patrimoniais. Exemplo: Despesas com construção de prédios, Despesas com operações imobiliárias, amortizações, planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e etc.

3 MÉTODO

A metodologia visa analisar as características dos vários métodos disponíveis de técnicas de pesquisa. Assim, Richardson (1999, p.29) define que “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”, ou seja, o “caminho para se chegar a determinado fim.” (GIL, 1994, p.27).

Verifica-se, desta forma que o método é fundamental para a pesquisa, sendo ele quem determina que rumo esta pesquisa irá tomar e qual caminho vai seguir, pois, como preconiza Thums (2003, p. 46) o método “é uma forma ou maneira de realizar algo, uma ação. É o caminho que percorremos para atingir os nossos objetivos previamente estabelecidos.”

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva, pois segundo Gressler (2003, p. 53) “a pesquisa descritiva descreve, sistematicamente, fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse”, não sendo apenas utilizada para a tabulação de dados, requer outros elementos, como por exemplo, comparação, mensuração, classificação, interpretação e avaliação. Assim, Gressler (2003, p.53) completa que este tipo de pesquisa “é usada para descrever fenômenos existentes, situações presentes e eventos, identificar problemas e justificar condições, comparar e avaliar o que os outros estão desenvolvendo em situações e problemas similares, visando aclarar situações para futuros planos e decisões”.

Por outro lado, Cervo & Bervian (1983) mostram que a pesquisa descritiva tenta identificar, com que frequência um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características.

A caracterização deste trabalho como descritivo, vem da proposta de expor características de um determinado assunto e estabelecer relações entre variáveis, que de acordo com o definido por Triviños (1987, p.110), é a forma deste tipo e pesquisa, ou seja, “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os atos e fenômenos de determinada realidade,” estabelecendo relações entre as variáveis utilizadas.

Quanto à forma de Abordagem é uma pesquisa quantitativa, pois de acordo com Andrade (2001) “traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas.”

Para Richardson (1999, p.29) “o método quantitativo, caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações (...), representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação”, resultando em informações mais precisas.

Segundo Roesch (1999, p. 130) os dados da pesquisa quantitativa “são chamados delineamentos analíticos ou relacionais, planejados para explorar as associações entre variáveis específicas”, ou seja, analisando os dados coletados e verificando a relação entre eles.

A análise de dados, neste tipo de pesquisa, acontece, segundo Chizzotti (1995, p. 52) “mediante análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz.”

A pesquisa requer a obtenção de dados e segundo Gil (2000, p. 131) há duas maneiras para obtê-los, “pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, coletam-se os chamados dados de papel, que são constituídos de material escrito, (...) nos dias de hoje (...) há também vídeos, disquetes e Cds.”, sem esquecer da Internet.

A coleta de dados da pesquisa é efetuada por grupos de dados, para Lakatos & Marconi (1990, p. 30) é uma etapa importante “em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos.” É o caso desta pesquisa em os dados foram expressos em medidas numéricas, através de tabela que descrevem a evolução dos gastos públicos da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 170) “a medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando identificar tema e relações, construindo interpretações e gerando novas questões(...)”, ou seja, a partir dos dados pesquisados faz-se uma análise para assim chegar a algumas conclusões.

Após a coleta de dados o próximo passo foi a análise e interpretação de dados. Estes dois processos estão relacionados, e de acordo com Gil (2000, p. 150) tem a seguinte definição: “a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas”, juntamente com conhecimentos anteriores.

Para Diehl & Tatim (2004, p.86) “a análise compreende, além da verificação das relações entre variáveis, as explicações e especificações dessas relações. A interpretação procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos.” Nesta pesquisa os números são analisados e comparados, para posterior interpretação.

4 RESULTADOS

A pesquisa teve como fonte a CGU – Controladoria Geral da União, através dados do Balanço Geral da União e os relatórios de gestão da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. O demonstrativo utilizado para a obtenção dos dados foi o Balanço Financeiro da Universidade, relativo ao período de 2001 a 2005.

Tabela 1 - Ingressos e Dispêndios nos anos de 2001 a 2003, segundo o Balanço Financeiro (em R\$)

	2001	2002	2003
Ingressos	112.609.812,74	142.415.156,27	130.920.865,90
Dispêndios	112.609.812,74	142.415.156,27	130.920.865,90

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Fonte: Controladoria Geral da União (CGU)

Percebe-se que os gastos no ano de 2002 foram mais elevados em relação ao ano de 2001 e ao ano de 2003. Analisando alguns dados abaixo, pode se verificar o motivo dos gastos.

Tabela 2 – Despesas Executadas nos anos de 2001 a 2003 (em R\$).

	2001	2002	2003
Despesas Pessoal e Enc. Sociais	72.503.574,26	94.060.390,03	93.154.978,64
Despesas Correntes (Tesouro)	11.292.846,63	7.397.499,31	8.000.879,98
Despesas Correntes (Outras fontes)	634.757,28	1.226.717,80	843.437,91
Despesas Capital (Tesouro)	40.045,75	36.166,31	53.535,50
Despesas Capital (Outras Fontes)	644.838,69	1.004.235,17	624.969,48
Total	85.116.062,61	103.725.008,62	102.677.801,51

Fonte: Controladoria Geral da União (CGU)

Analisando a Tabela 2, verifica-se que os gastos foram maiores no ano de 2002, em relação ao ano de 2001 e ao ano de 2003, o que confirma o valor elevado dos dispêndios no ano de 2002. As despesas correntes (recursos do tesouro) foram mais elevadas no ano de 2001 e as despesas de capital (recursos do tesouro) foram mais elevadas em 2003, em relação aos outros anos. Os outros gastos foram maiores no ano de 2002. Percebe-se, também, que o item que obteve o maior crescimento foram as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Para verificar em que itens estes recursos foram aplicados, pode-se analisar abaixo a tabela com os valores efetivamente executados na Despesa Corrente nos anos de 2001, 2002 e 2003, visto que, depois dos gastos de pessoal esta é a despesa mais expressiva.

Tabela 3 - Outras Despesas Correntes Executadas – 2001 a 2003

Programas	2001	2002	2003
	Recursos do Tesouro R\$)	Recursos do Tesouro R\$)	Recursos do Tesouro R\$)
UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI	9.206.292,31	5.121.809,29	5.349.362,14
Func. Cursos de Graduação	8.868.943,60	4.896.649,29	5.047.976,51
Ass. ao Educando de Graduação	265.348,88	193.160,00	269.385,63
Func. Cursos de Pós-Graduação	11.999,83	12.000,00	12.000,00
Serviços a comunidade - extensão	60.000,00	20.000,00	20.000,00
ESCOLA MODERNA	18.003,61	35.000,00	40.000,00
Acervo Bibliográfico	12.000,00	15.000,00	15.000,00
Mod. e Recup. Infra-estrut. Física	6.003,61	20.000,00	25.000,00
DEMOCRATIZANDO O ACESSO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	292.122,52	242.995,36	310.351,22
Func. da Educação Profissional	292.122,52	242.995,36	310.351,22
APOIO ADMINISTRATIVO	1.776.373,61	1.982.694,66	2.286.166,62

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Auxilio alimentação servidores	1.115.176,99	1.397.595,45	1.538.255,00
Auxilio transporte servidores	412.330,74	349.591,30	520.876,64
Assist. pré-escolar à dependentes	248.865,88	235.507,91	227.034,98
GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO		15.000,00	15.000,00
Capacitação serv. publ. federal		15.000,00	15.000,00
OPERAÇÕES. ESPECIAIS CUMPRIMENTO SENTENÇAS JUDICIAIS	54,58		
Cumprimento Sentenças Judiciais	54,58		
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.292.846,63	7.397.499,31	8.000.879,98

Fonte: Relatório de Gestão da FURG – 2001 – 2002 - 2003

No relatório de gestão foram identificadas algumas explicações sobre as metas não executadas, que causam variações nestas despesas. O objetivo destas informações no relatório é focalizar essencialmente os programas de governo e programas internos da FURG, as metas físicas e orçamentárias programadas e executadas de tais programas, bem como estabelecer uma avaliação da gestão, fazendo uso dos indicadores disponíveis e identificando os mais relevantes insumos utilizados no desenvolvimento das atividades Institucionais e seus respectivos custos.

O Relatório de Gestão de 2001, descreve que as metas fixadas para este ano foram cumpridas na sua integralidade, não havendo variações significativas entre os quantitativos físicos previstos e executados, salvo no caso do "Auxilio transporte a servidores empregados" em que as metas previstas foram estabelecidas a menor e, na previsão de reforma de instalações físicas em que a quantidade estabelecida foi superestimada, havendo um investimento a menor. Analisando a ampliação do acervo bibliográfico, verifica-se que um grande valor de unidades de livros não foi obtido. Ressalta-se também o caso de ter ocorrido a greve, que durou 100 dias, que de uma forma ou de outra desmobilizou operacionalmente a instituição.

As metas dos programas de governo fixadas para o exercício de 2002 foram cumpridas de forma integral, salvo em alguns casos, conforme informação constante no Relatório de Gestão deste ano. O item Modernização e recuperação da Infra-estrutura, que além da reforma de instalações físicas, compõe também a aquisição de equipamentos proporcionou uma melhoria de 1300 m², o restante do valor foi utilizado para aquisição de equipamentos, houve certas dificuldades também, pois o orçamento de custeio foi inadequado para atendimento das necessidades básicas de manutenção e de investimento, atendendo essencialmente os custos fixos.

O Auxilio transporte aos servidores é calculado tendo por referência o valor do vencimento básico do servidor, ou seja, quanto menor for seu vencimento básico maior será o valor do respectivo auxilio. Desta forma, com a edição da Lei 10.302/2001 que alterou a partir de janeiro de 2002 a tabela salarial dos servidores técnico-administrativos e marítimos, passando a incluir a GAE (160%) no valor do vencimento básico, grande número de servidores deixaram de perceber o respectivo auxílio e outros tiveram seus valores reduzidos, provocando assim, a variação de -20,34%, entre a meta física prevista e a meta física executada no programa, e por consequência uma redução nos gastos deste item em 2002 de R\$ 62.739,44, em relação a 2001.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

A execução de algumas metas estabelecidas nos programas de governo para 2003, foram dificultadas pelo não repasse de aproximadamente 2% (dois) dos recursos previstos. No Relatório de Gestão de 2003 constata-se que no item Ampliação do Acervo Bibliográfico a previsão inicial de arrecadação de R\$ 100.000,00 em Recursos de Outras Fontes não se concretizou, inviabilizando praticamente a execução da meta. Neste subprograma foi possível com o recurso executado de R\$ 19.202,70 renovar assinaturas de periódicos e adquirir dicionários.

Apesar das restrições financeiras o programa de Valorização do Servidor Público foi objeto de constante objetivo Institucional. No sub-programa Capacitação de Servidores Públicos Federais fazendo uso da estrutura, formação e conhecimento técnico de servidores lotados no Centro de Processamento de Dados, foi possível oferecer a um maior número de servidores Técnicos Administrativos e Marítimos cursos de informática que capacitaram 135 pessoas. Na área de Saúde foram capacitados mais 40 servidores e, em Cursos de Relações Humanas, 64 servidores.

Tabela 4 - Ingressos e Dispendios nos anos de 2004 e 2005, segundo o Balanço Financeiro (em R\$)

	2004	2005
Ingressos	141.145.827,66	165.925.808,79
Dispendios	141.145.827,66	165.925.808,79

Fonte: Controladoria Geral da União (CGU)

Analisando a Tabela 4, nota-se que os dispendios em 2005 foram maiores do que o ano de 2004. Se verificarmos a Tabela 1, que apresenta os valores de dispendios e ingressos nos anos de 2001 a 2003, percebemos que o ano de 2005 apresentou os gastos mais elevados de 2001 a 2005. E o ano de 2002 também expôs gastos bem expressivos, sendo o de segundo maior valor de 2001 a 2005.

Tabela 5 - Despesas Executadas no ano de 2004 e 2005 (em R\$)

	2004	2005
Despesas Pessoal e Enc. Sociais	106.246.195,63	108.084.057,24
Despesas Correntes (Tesouro)	9.935.345,63	12.499.336,81
Despesas Correntes (Outras fontes)	584.390,42	279.774,83
Despesas Capital (Tesouro)	33.442,33	39.078,83
Despesas Capital (Outras Fontes)	973.919,48	1.103.745,67
Total	117.773.293,49	122.005.993,38

Fonte: Controladoria Geral da União (CGU)

Os gastos da Tabela 5 foram maiores em 2005, por isso os dispendios também foram maiores. Apenas as despesas correntes (recursos de outras fontes) no ano de 2004 apresentaram um valor mais elevado do que no ano de 2005.

A tabela abaixo apresenta parte das despesas mencionadas na tabela 5, para análise das principais variações.

Tabela 6 - Outras Despesas Correntes Executadas - 2004 – 2005 (em R\$)

Programas	2004	2005
	Recursos do Tesouro R\$)	Recursos do Tesouro R\$)
UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI	6.151.150,00	8.445.583,25
Func. Cursos de Graduação	5.774.150,00	8.073.584,00
Ass. ao Educando de Graduação	345.000,00	345.999,25
Func. Cursos de Pós-Graduação	12.000,00	6.000,00
Serviços a comunidade – extensão	20.000,00	20.000,00
ESCOLA MODERNA	150.000,00	236.333,94
Acervo Bibliográfico	100.000,00	136.357,81
Mod. e Recup. Infra-estrut. Física	50.000,00	99.976,13
DEMOCRATIZANDO O ACESSO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	314.339,00	351.850,20
Func. da Educação Profissional	314.339,00	351.850,20
APOIO ADMINISTRATIVO	3.119.425,00	3.440.570,29
Auxílio alimentação servidores	2.047.135,00	2.417.770,54
Auxílio transporte servidores	664.872,00	791.998,35
Assist. pré-escolar à dependentes	407.418,00	230.801,40
GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	15.000,00	24.999,13
Capacitação serv. publ. Federal	15.000,00	24.999,13
OPERAÇÕES. ESPECIAIS CUMPRIMENTO SENTENÇAS JUDICIAIS	582.673,00	
Cumprimento Sentenças Judiciais	582.673,00	
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.332.587,00	12.499.336,81

Fonte: Relatório de Gestão da FURG – 2001 – 2002 - 2003

No Relatório de Gestão de 2004, é identificado que apesar da escassez de recursos, foi possível o cumprimento de muitas metas previamente estabelecidas. Na Assistência ao Educando de Graduação a previsão inicial era de atender 518 alunos quando na realidade foram atendidos um total de 753, gerando um acréscimo de R\$ 75.614,37 neste item, em relação a 2003.

Na Ampliação do Acervo Bibliográfico a previsão inicial era de aquisição 300 exemplares. Mas a administração conseguiu destinar R\$ 97.349,15 em Recursos do Tesouro, que proporcionou a aquisição de 1143 exemplares de livros e a renovação de 24 títulos de periódicos.

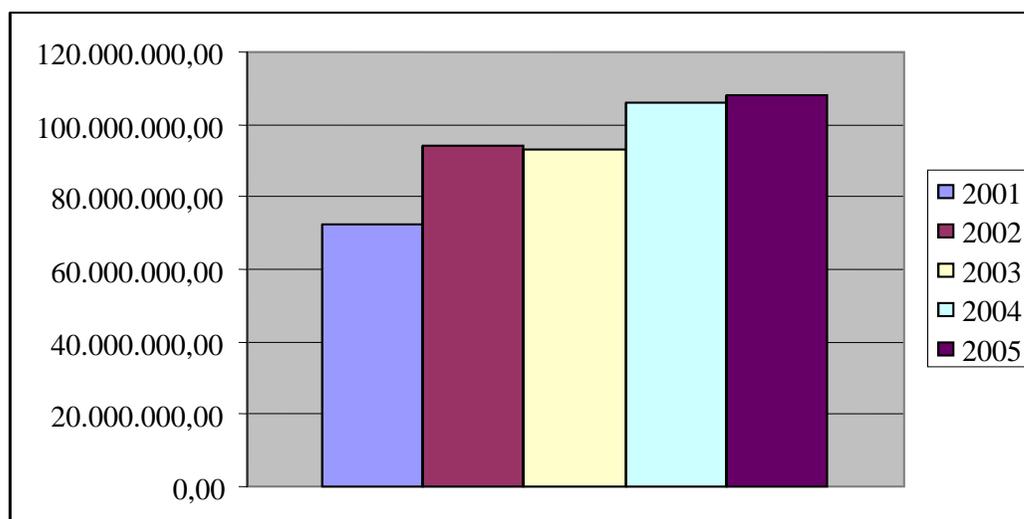
Em 2005, o Relatório de Gestão aponta que o item Modernização e Recuperação de Infra-estrutura, teve um acréscimo expressivo, devido a área construída corresponde à conclusão da primeira etapa do prédio do Departamento de Química. A meta superou a previsão inicial em 50,65%. Já o item ampliação do acervo bibliográfico, a previsão inicial era de adquirir 750 exemplares, mas foi possível que a administração destinasse R\$ 136.357,81 em Recursos do Tesouro, que proporcionou a aquisição de 1586 exemplares de livros e a renovação de 18 títulos de periódicos.

Na Assistência ao Educando de Graduação foram beneficiados 724 alunos, superando a meta prevista em 24,82%. Isto somente foi possível devido à implantação de uma política de atendimento que visa minimizar os problemas de convívio dos alunos e por consequência reduzir do índice de evasão.

Nos Serviços Sociais pela Extensão foram beneficiadas 275.440 pessoas da comunidade universitária, municipal e regional, superando a meta prevista em 31,16%.

O orçamento de custeio no exercício de 2005 melhorou significativamente, possibilitando o fechamento do ano sem dívidas. O problema mais grave enfrentado, e que vem se estendendo por muitos anos, é a falta de recursos de capital, inviabilizando a ampliação de espaços físicos e aquisição de equipamentos. Diferentemente dos anos anteriores, o ano de 2005 foi marcado por um aumento significativo no orçamento de custeio da Universidade.

Gráfico 1 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais de 2001 a 2005 (em R\$)



Fonte: Controladoria Geral da União (CGU)

O gráfico acima apresenta as variações das despesas de pessoal e encargos sociais da Universidade, de todos os anos analisados, de 2001 a 2005. Verifica-se neste gráfico que houve uma elevação expressiva no ano de 2002, em relação ao ano anterior, e uma tendência de crescimento nesta despesa no período, sendo este o principal item a causar as variações das despesas correntes da Universidade. É importante constar que esta despesa, normalmente, está fora da possibilidade de controle por parte da administração superior da Instituição, visto que as variações na parte de pessoal de uma Universidade Pública, são derivadas da política de governo com os servidores públicos. Assim, mesmo sendo o item mais expressivo, não torna-se relevante para efeito de conclusões na análise deste trabalho.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho pode-se perceber que o principal dispêndio da Fundação Universidade Federal do Rio Grande são as despesas correntes e as de capital, com um destaque maior para a primeira, chegando a mais de 99% do total destas despesas.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

De acordo com Giacomoni (2005, p.108), as despesas correntes são compostas pelos “gastos com a manutenção das atividades, como as despesas com pessoal, encargos sociais, custeio, etc.”, assim, neste caso o valor mais expressivo foi com pessoal, mas em função da limitação citada anteriormente, nesta pesquisa as conclusões obtidas são com relação as despesas de custeio.

Conclui-se que as principais variações ocorreram em função de limitações orçamentárias, que impediram investimentos maiores, e das diferenças entre metas e execução de determinados item, destacando-se o crescimento na ampliação de acervo bibliográfico, que gerava uma despesa de R\$ 12.000,00 em 2001 e alcançou a R\$ 136.357,81 em 2005; a Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física que representava uma despesa de R\$ 6.000,00 em 2001 e atingiu a R\$ 99.976,13 em 2005, além dos programas de assistência ao educando da graduação que tiveram um crescimento de aproximadamente 30% nos gastos do período pesquisado. Também é importante destacar o crescimento nas despesas de apoio administrativo, que servem para atender aos gastos de alimentação, transportes e auxílio a dependentes dos servidores que geraram um aumento de R\$ 1.664.196,68 na despesa de 2001 para 2005. Por fim, percebe-se que o crescimento das despesas acontecem em função da ampliação na estrutura da Universidade e que o aumento nas nestas são em decorrência do crescimento do número de alunos atendidos na graduação que eram 5.651 em 2001 e passaram para 6.237 em 2005, representando um aumento de 10%.

REFERÊNCIAS

ALOE, Armando. *Contabilidade Pública*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1979.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Método na Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANDRADE, Benedicto de. *Contabilidade Pública*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1979.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 5ed. São Paulo: Atlas, 2001.
http://www.dcc.ufam.edu.br/~elaine/MCCC05_2004.ppt

ANDRADE, Nilton de Aquino. *Contabilidade pública na gestão municipal*. São Paulo:Atlas, 2002.

ANGÉLICO, João. *Contabilidade Pública*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. Lei n.º 4.320, de 14 de maio de 1964. Estitui normas gerais de direito financeiro, para elaboração e controle do orçamentos e balanços dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 23º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm> acesso em 20 agosto 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria Geral da Administração*. 5ª ed., São Paulo: Pioneira, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Balanço Geral da União. Brasília: CGU, 2005. <
<http://www.cgu.gov.br/cgu/bgu1.htm>>. Acesso em 28 junho 2006

DIEHL, Astor Antônio, TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. *Relatório de gestão 2001*. Rio Grande: FURG, 2001
< http://www.furg.br/furg/prestacaocontas/relatorio_gestao_2001.html >. Acesso em: 30 julho 2006.

_____. *Relatório de gestão 2002*. Rio Grande: FURG, 2002 < http://www.furg.br/furg/prestacaocontas/relatorio_gestao_2002.html >. Acesso em: 06 agosto 2006.

_____. *Relatório de gestão 2003*. Rio Grande: FURG, 2003 < http://www.furg.br/furg/prestacaocontas/relatorio_gestao_2003.html >. Acesso em: 07 agosto 2006.

_____. *Relatório de gestão 2004*. Rio Grande: FURG, 2004 < http://www.furg.br/furg/prestacaocontas/relatorio_gestao_2004/ >. Acesso em: 07 agosto 2006.

_____. *Relatório de gestão 2005*. Rio Grande: FURG, 2005 < http://www.furg.br/furg/prestacaocontas/relatorio_gestao_2005.doc >. Acesso em: 10 agosto 2006.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 3ed. revisada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1993.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 13º ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa - projetos e relatórios*. São Paulo: Loyola, 2003.

KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública – Teoria e Prática*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de Pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 1990.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. *Princípios Gerais de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

PIRES, João Batista Fortes de S. *Contabilidade Pública*. 7. ed. Franco & Fortes, 2002.

RIBEIRO, José Francisco. *Controle Gerencial para Entidades da Administração Pública*. 1997. 76 f. Monografia submetida à Comissão Julgadora do 2º Prêmio STN de Monografia (1997) - Ministério da Fazenda Escola de Administração Fazendária ESAF -Diretoria de Cooperação Técnica e Pesquisa. Brasília, 1997. <
http://tesourodireto.gov.br/Premio_TN/IIpremio/sistemas/1siafpIIPTN/RIBEIRO_FILHO.pdf
>. Acesso em: 07 setembro 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. *Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertações e Estudos de Caso*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. *O ensino superior e a universidade*. RAE electron., Jan./June 2005, vol.4, no.1, p.0-0. ISSN 1676-5648.

THUMS, Jorge. *Acesso à Realidade: Técnicas de pesquisa e construção do conhecimento*. 3. Ed. Canoas: Ulbra, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.